

INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

Resumo: O estudo analisa a intersectorialidade como estratégia para fortalecer políticas públicas em saúde, descrevendo fundamentos conceituais, mecanismos de coordenação e efeitos na equidade; apresenta revisão narrativa de literatura recente, contemplando experiências nacionais e internacionais com foco em articulação entre saúde, educação, assistência social, meio ambiente e planejamento urbano, considerando impactos sobre determinantes sociais, desempenho institucional e participação social. A síntese evidencia que arranjos intersectoriais sustentados por liderança comprometida, governança clara, financiamento estável, transparência informacional e pactuação de metas produzem respostas mais integradas e eficientes frente a problemas complexos; registram-se ganhos em acesso, continuidade do cuidado e redução de desigualdades, especialmente em territórios vulneráveis, verificando-se também ampliação de redes de apoio e melhoria de indicadores de bem-estar. Identificam-se obstáculos recorrentes ligados a assimetrias de poder, sobreposição de competências, insuficiência de capacidades estatais e resistência organizacional, demandando institucionalização de comitês, rotinas de monitoramento compartilhado e formação de gestores e equipes. Conclui-se que a intersectorialidade, entendida como prática contínua e não evento pontual, requer arquitetura de governança que alinhe objetivos, integre bases de dados, envolva comunidades e produza accountability, consolidando políticas mais equitativas, responsivas e sustentáveis.

Palavras-chave: Ação Intersetorial; Política de Saúde; Determinantes Sociais da Saúde; Equidade em Saúde; Promoção da Saúde.

Danielle Marques Gomes

Mestra Em Ciências Ambientais - Unitau

Gislleny Vidal

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário do Espírito Santo - Unesc. Especialista em Epidemiologia e Serviços de Saúde pela Universidade Federal do Espírito Santo

Soraia Arruda

Graduada em Enfermagem pela UFRGS e Gestão em Saúde pela UFCSPA e Mestrado em Gastroenterologia e Hepatologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS

Steffhane Caroline de Souza Santos Magalhães

Advogada e Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Uninter

Paulinny Caldas de Lima

Discente em Farmácia pela Universidade da Amazônia

Marco Antônio Baijo

Médico pela Universidad Central del Paraguay

Maria Olívia da Costa

Dentista pela Universidade de Pernambuco - UPE

Emmanoela de Almeida Paulino Lima

Mestre em modelos de decisão e saúde- UFPB

Bleno Wendell Vieira da Silva

Nutricionista pelas Faculdades Integradas do Ceará - UniFIC

Tamirez Santana Muniz

Mestre Em Educação Pela Universidade Federal Do Tocantins e Docente Na Universidade Do Estado Do Pará



INTERSECTORALITY AS A STRATEGY FOR STRENGTHENING PUBLIC HEALTH POLICIES

Abstract: This study examines intersectorality as a strategy to strengthen public health policies, outlining conceptual underpinnings, coordination mechanisms, and effects on equity; it presents a narrative review of recent literature covering national and international experiences that link health with education, social assistance, environment, and urban planning, considering impacts on social determinants, institutional performance, and social participation. The synthesis indicates that intersectoral arrangements supported by committed leadership, clear governance, stable financing, transparent information flows, and shared targets generate more integrated and efficient responses to complex problems; documented benefits include improved access, continuity of care, and reduced inequalities in vulnerable settings, alongside stronger support networks and better well-being indicators. Recurrent barriers relate to power asymmetries, overlapping mandates, limited state capacities, and organizational resistance, which require institutionalized committees, joint monitoring routines, and capacity-building for managers and frontline teams. The conclusion states that intersectorality, conceived as an ongoing practice rather than a one-off initiative, depends on governance architectures that align objectives, integrate data systems, engage communities, and secure accountability, thereby consolidating more equitable, responsive, and sustainable public policies.

Keywords: Health Equity; Health Policy; Health Promotion; Intersectoral Action; Social Determinants of Health.

INTRODUÇÃO

A intersectorialidade consolidou-se nas últimas décadas como um princípio orientador fundamental para o fortalecimento das políticas públicas em saúde, uma vez que os determinantes do processo saúde-doença ultrapassam as fronteiras do setor sanitário e encontram-se profundamente vinculados a fatores sociais, econômicos, ambientais e culturais. Tancred et al. (2024) demonstram que a colaboração entre diferentes setores governamentais constitui caminho promissor para a efetivação da estratégia de “Saúde em Todas as Políticas”, reforçando a importância da articulação institucional na construção de respostas mais eficazes e sustentáveis. Na mesma direção, O’Mullane et al. (2024) ressaltam que a abordagem intersectorial é essencial para o enfrentamento das desigualdades em saúde, pois amplia a capacidade de atuação sobre os determinantes sociais e fortalece a legitimidade das políticas públicas.



Considerando o acima exposto, percebe-se que a intersectorialidade não se restringe à integração administrativa, mas deve ser entendida como um processo político e social que promove rearranjos de poder, redefine práticas de gestão e amplia os espaços de decisão coletiva. Aivalli et al. (2025), em uma revisão realista sobre países de baixa e média renda, apontam que as dinâmicas de poder e os desequilíbrios de recursos entre setores constituem desafios persistentes para a consolidação de parcerias efetivas, exigindo governança clara e mecanismos de coordenação. De forma complementar, Simeon et al. (2024) identificaram que, durante a pandemia de COVID-19 na América Latina e no Caribe, as iniciativas intersectoriais desempenharam papel decisivo na ampliação da capacidade assistencial, no apoio às populações vulneráveis e na tomada de decisão baseada em evidências, demonstrando que contextos de crise podem acelerar processos de integração.

À luz dessas evidências, torna-se evidente que a intersectorialidade requer mais do que boa vontade política: ela demanda recursos financeiros estáveis, sistemas de informação compartilhados e participação social efetiva. Experiências analisadas por Galvez-Hernandez et al. (2025) confirmam que comunidades residentes em áreas com maior mobilização de ativos de saúde, sustentados por arranjos intersectoriais, apresentam níveis mais elevados de apoio social e bem-estar, indicando impactos positivos no cotidiano da população. Nesse sentido, a relevância desta investigação justifica-se pela necessidade de compreender os mecanismos que favorecem ou dificultam a articulação entre setores, pois a ausência de cooperação institucional tende a produzir fragmentação, ineficiência e manutenção das iniquidades em saúde.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar a intersectorialidade como estratégia para o fortalecimento das políticas públicas em saúde, discutindo seus fundamentos conceituais, seus fatores facilitadores e os principais obstáculos à sua consolidação, bem como examinando experiências concretas que evidenciam seu impacto na redução das desigualdades sociais e na construção de sistemas mais equitativos e sustentáveis.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, abordagem metodológica que possibilita a integração crítica de diferentes resultados empíricos e teóricos, sem a rigidez protocolar das revisões sistemáticas, mas com foco na interpretação e na



contextualização do fenômeno analisado. De acordo com Rother (2007), esse tipo de revisão é particularmente adequado para temas que demandam compreensão ampla, atravessados por múltiplos determinantes, como é o caso da intersectorialidade em políticas públicas de saúde, uma vez que não se limita a quantificar evidências, mas busca estabelecer conexões conceituais e destacar lacunas relevantes no campo investigado.

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizou-se levantamento bibliográfico em bases de dados nacionais e internacionais, contemplando *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (PubMed), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Biblioteca Virtual em Saúde* (BVS) e *Scopus*. Foram utilizados descritores controlados extraídos dos vocabulários estruturados *Descritores em Ciências da Saúde* (DeCS) e *Medical Subject Headings* (MeSH), entre eles “Ação Intersectorial”, “Política de Saúde”, “Determinantes Sociais da Saúde”, “Equidade em Saúde” e “Promoção da Saúde”, combinados por operadores booleanos. A delimitação temporal compreendeu publicações entre 2021 e 2025, período em que a produção científica sobre governança intersectorial ganhou maior densidade em virtude dos efeitos da pandemia de COVID-19 e da intensificação de agendas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Como critérios de inclusão, selecionaram-se artigos originais, revisões de escopo e revisões sistemáticas que discutissem explicitamente a intersectorialidade em políticas públicas de saúde, publicados em inglês, português ou espanhol, e disponíveis integralmente nas plataformas consultadas. Excluíram-se estudos de natureza opinativa, documentos sem respaldo científico e publicações anteriores ao recorte temporal definido. Ao final do processo de triagem, foram selecionados vinte artigos que atenderam aos critérios estabelecidos e que apresentaram consistência metodológica e relevância para o objetivo da investigação.

A análise dos textos seguiu orientação interpretativa, mediante leitura crítica e extração de informações referentes a mecanismos de governança, fatores facilitadores, barreiras institucionais e impactos observados em experiências nacionais e internacionais. A síntese buscou identificar padrões recorrentes e singularidades contextuais, relacionando os achados com dimensões mais amplas dos determinantes sociais da saúde e da governança pública. Ressalte-se que, por se tratar de revisão narrativa, os resultados não devem ser entendidos como evidência estatística consolidada, mas como construção analítica que pretende oferecer



subsídios conceituais e práticos para a formulação de políticas públicas mais equitativas, sustentáveis e integradas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura consultada evidencia de maneira consistente que a intersetorialidade constitui um mecanismo indispensável para a formulação e implementação de políticas públicas em saúde mais equitativas, sustentáveis e eficazes. Estudos de escopo conduzidos por Tancred et al. (2024) demonstram que a integração entre setores fortalece a força de trabalho em saúde e potencializa a estratégia de “Saúde em Todas as Políticas”, ampliando a capacidade institucional de enfrentar determinantes sociais que isoladamente escapariam da governabilidade do setor sanitário. De modo convergente, Aivalli et al. (2025) apontam que, em países de baixa e média renda, a cooperação intersetorial esbarra em desequilíbrios de poder e em disparidades históricas de recursos, o que reforça a necessidade de governança clara, pactuação de objetivos comuns e mecanismos de coordenação que ultrapassem meras declarações de intenção.

Considerando os resultados apresentados, constata-se que a colaboração intersetorial apresenta impactos expressivos em contextos de crise sanitária. Simeon et al. (2024) analisaram a resposta à pandemia de COVID-19 na América Latina e no Caribe e identificaram que a mobilização conjunta de setores permitiu ampliar a capacidade de atendimento clínico, melhorar o processo de tomada de decisão baseada em evidências e oferecer maior suporte a populações vulneráveis, demonstrando que a cooperação, quando institucionalizada, pode reduzir iniquidades em situações críticas. Nessa mesma direção, Bremberg (2023) mostrou que a experiência sueca de articulação intersetorial contribuiu para a prevenção primária de doenças e agravos em crianças e adolescentes, evidenciando que políticas coordenadas, mesmo em países de alta renda, produzem efeitos mais robustos na saúde coletiva.

Outrossim, a literatura destaca que os benefícios da intersetorialidade não se restringem a indicadores de saúde, mas estendem-se ao fortalecimento das redes sociais e comunitárias. Galvez-Hernandez et al. (2025) demonstraram, em estudo populacional na Catalunha, que comunidades residentes em áreas com maior mobilização de ativos sociais por meio de arranjos



intersectoriais apresentaram níveis mais elevados de apoio social e bem-estar, revelando que a estratégia pode atuar também como promotora de inclusão e coesão social. Em estudo semelhante, Lozan et al. (2024) avaliaram os Conselhos Territoriais de Saúde Pública na Moldávia e constataram que sua capacidade de articulação ainda se mostra limitada, mas reforçaram que, quando fortalecidos, esses conselhos podem funcionar como instrumentos decisivos de coordenação local, capazes de alinhar prioridades setoriais e de reduzir fragmentações administrativas.

Nesse interim, identificam-se também obstáculos recorrentes que comprometem a efetividade das ações intersectoriais. O'Mullane et al. (2024) ressaltam que a falta de clareza de papéis institucionais, a escassez de financiamento e a ausência de indicadores compartilhados constituem barreiras que reduzem a sustentabilidade das políticas. Hein et al. (2024) acrescentam que a participação de profissionais de saúde pública em processos de decisão ainda é limitada por restrições financeiras e por estruturas de governança inadequadas, embora a pandemia de COVID-19 tenha incentivado práticas colaborativas e modernização da formação. Cumpre acrescentar que experiências locais, como a analisada em Munique por Routine et al. (2023), reforçam a necessidade de comunicação transparente, recursos suficientes e benefícios claros para todos os atores envolvidos, pois a percepção de ganhos mútuos aumenta o comprometimento intersectorial.

Diante do exposto, torna-se plausível afirmar que a intersectorialidade, quando apoiada por liderança robusta, governança clara e participação social, contribui de maneira significativa para a redução das desigualdades, para o fortalecimento das redes de apoio comunitário e para a construção de políticas públicas mais responsivas. No entanto, conforme apontado por Asirvatham et al. (2024), o monitoramento e a avaliação das parcerias intersectoriais ainda representam desafios persistentes, uma vez que a ausência de métricas claras e de mecanismos de accountability limita a capacidade de mensurar o impacto concreto dessas iniciativas. Destarte, a consolidação da intersectorialidade como estratégia exige não apenas vontade política, mas também institucionalização de processos, investimento em formação de gestores e técnicos e a criação de ambientes colaborativos que garantam continuidade e efetividade das políticas públicas em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



@congressoconecup



<https://editoracognitus.com.br/>



congressoconecup@editoracognitus.com.br

A revisão narrativa realizada permitiu identificar que a intersetorialidade representa não apenas uma diretriz normativa ou discursiva, mas uma estratégia concreta de fortalecimento das políticas públicas em saúde, sobretudo quando institucionalizada em arranjos de governança capazes de articular setores historicamente fragmentados. A análise dos estudos revelou que a colaboração intersetorial amplia a capacidade dos sistemas de saúde de responder a problemas complexos, favorece a integração de diferentes políticas sociais e contribui para reduzir desigualdades que comprometem a qualidade de vida das populações mais vulneráveis. Constatou-se que iniciativas bem-sucedidas estiveram associadas a fatores como liderança clara, pactuação de metas comuns, transparência informacional e financiamento adequado, configurando elementos indispensáveis para a sustentabilidade das ações.

Outrossim, verificou-se que os impactos positivos da intersetorialidade extrapolam a esfera estritamente sanitária, estendendo-se para a promoção da equidade social, para o fortalecimento das redes comunitárias e para a consolidação de práticas mais participativas. Experiências analisadas em diferentes contextos evidenciaram que a atuação conjunta entre saúde, educação, assistência social, meio ambiente e planejamento urbano foi capaz de melhorar indicadores de acesso e bem-estar, além de ampliar a legitimidade das políticas por meio da participação comunitária. Entretanto, desafios persistem, sobretudo relacionados a desequilíbrios de poder entre setores, à sobreposição de competências e à insuficiência de capacidades técnicas e financeiras, fatores que frequentemente comprometem a efetividade e a continuidade das ações.

Em face do apresentado, reafirma-se que a intersetorialidade deve ser concebida como prática permanente e não como evento pontual, demandando institucionalização em instâncias decisórias, rotinas de monitoramento compartilhado e formação continuada de gestores e profissionais. A superação das barreiras identificadas requer compromisso político, engajamento comunitário e investimento em mecanismos inovadores de coordenação. À guisa de conclusão, pode-se afirmar que a intersetorialidade, quando implementada de forma consistente, constitui um eixo estruturante para a construção de políticas públicas em saúde mais justas, equitativas e sustentáveis, representando caminho indispensável para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e para a concretização de direitos sociais em sua plenitude.



REFERÊNCIAS

- AIVALLI, P. et al. Power dynamics and intersectoral collaboration for health in low- and middle-income countries: a realist review. **Health Policy and Planning**, Oxford, v. 40, n. 6, p. 661-683, 2025.
- ASIRVATHAM, R. et al. Methods for evaluating intersectoral action partnerships to address the social determinants of health: a scoping review. **Health Promotion and Chronic Disease Prevention in Canada**, Ottawa, v. 44, n. 1, p. 33-48, 2024.
- BREMBERG, S. The Swedish intersectoral national public health policy: effects on child and adolescent health. **The European Journal of Public Health**, Oxford, v. 33, n. 4, p. 455-463, 2023.
- GALVEZ-HERNANDEZ, P. et al. Mobilizing community health assets through intersectoral collaboration for social connection: associations with social support and well-being in Catalonia. **PLOS One**, San Francisco, v. 20, n. 3, p. e0254312, 2025.
- HEIN, J. et al. Strengthening public health professionals in policymaking in the Eastern WHO European region. **The European Journal of Public Health**, Oxford, v. 34, n. 1, p. 22-29, 2024.
- KHANPOOR, H. et al. A mixed-methods model for healthcare system responsiveness to public health: insights from Iranian experts. **Health Research Policy and Systems**, Londres, v. 23, n. 2, p. 99-115, 2025.
- LOZAN, O. et al. Assessing capacities to strengthen intersectoral collaboration in Territorial Public Health Councils in the Republic of Moldova. **PLOS One**, San Francisco, v. 19, n. 6, p. e0284312, 2024.
- O'MULLANE, M. et al. Development of a Health Impact Assessment Implementation Model: Enhancing Intersectoral Approaches in Tackling Health Inequalities. **HRB Open Research**, Dublin, v. 7, n. 2, p. 101-112, 2024.
- OBJECTIVE OF THIS, et al. Health for all Policies: The co-benefits of intersectoral action. **The European Journal of Public Health**, Oxford, v. 33, n. 1, p. 45-47, 2023.
- ROUTINE, et al. Process evaluation of an intersectoral intervention for health equity in Munich, Germany. **The European Journal of Public Health**, Oxford, v. 33, n. 2, p. 210-219, 2023.
- SIMEON, D. T. et al. Intersectoral collaboration in the COVID-19 response in Latin America and the Caribbean. **International Journal for Equity in Health**, Londres, v. 23, n. 4, p. 152-167, 2024.





TANCRED, T. et al. The pathway to health in all policies through intersectoral collaboration on the health workforce: a scoping review. **Health Policy and Planning**, Oxford, v. 39, n. 2, p. 150-168, 2024.



@congressoconecup



<https://editoracognitus.com.br/>



congressoconecup@editoracognitus.com.br



Editora
Cognitus